FENAE
Agora

ESPECIAL CONECEF - Julho/2017

33 CONECEF

Resistência e luta!
Em defesa da Caixa e por nenhum direito a menos

FENAE CONTRAF CUT

CARBON FREE

Hora de organizar e fazer a luta!

Os ataques à Caixa Econômica Federal e aos seus empregados não param. Na verdade, na atual conjuntura política do país, enfraquecer as empresas públicas e retirar direitos da classe trabalhadora são prioridades do atual governo, como provam as reformas trabalhista e da Previdência. E foi justamente nesse cenário em que a democracia, o emprego e o patrimônio dos brasileiros estão em risco que ocorreu o 33º Conecef.

Entre os 316 delegados que participaram do congresso, em São Paulo, um consenso: é hora de organizar e fazer a luta. As conquistas históricas do movimento nacional dos empregados da Caixa mostram que a resistência e a união da categoria são fundamentais para evitar retrocessos e avançar mais. Os desafios são árduos e, por isso, será necessário também envolver parlamentares, movimentos populares e toda a sociedade.

Em relação à Funcef, o momento também requer unidade. E foi justamente isso que o 33º Conecef apontou, com a aprovação de um documento assinado por todas as forças políticas em defesa do fundo de pensão. Perda de representatividade, deficit, contencioso, equacionamento e falta de transparência e de democracia são apenas alguns dos problemas enfrentados pelos participantes e assistidos.

Inspiração para lutar não falta! A primeira Greve Geral no Brasil, realizada em julho de 1917, ensinou a todos que esse é um dos principais instrumentos para o trabalhador se fazer ouvir e expressar suas reivindicações. Cem anos depois, a batalha continua. E, mais uma vez, os empregados da Caixa e suas entidades representativas estarão à frente das mobilizações por nenhum direito a menos e por um Brasil melhor para todos.

Resistência e Luta em defesa da Caixa e da democracia
Pag. 03

Frente parlamentar: combate ao desmonte dos Bancos Públicos
Pag. 06

33º Conecef reafirma unidade do movimento dos empregados em defesa da Funcef
Pag. 09

Congresso aprova estratégias de luta e reivindicações
Pag. 13

Ações Fenae: integração, conhecimento e luta
Pag. 17

Resoluções do 33º Conecef
Pag. 18

Organização do Movimento
Pag. 21

Reivindicações do 33º Conecef
Pag. 22

Moções
Pag. 33

FSC
100%
Recycled
Supporting responsible use of forest resources
Cert no. SW-COC-1921
www.fsc.org
© 1996 Forest Stewardship Council

Administração e redação: **Fenae - Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal** - SRTVS Qd 701, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Loja 126, Térreo II, Conj. L, Lote 38, Bloco II, Asa Sul Brasília / DF - CEP 70340-906 - Diretoria Executiva - Diretor-presidente: **Jair Pedro Ferreira**. Diretor vice-presidente: **Sérgio Takemoto**. Diretor de Administração e Finanças: **Clotário Cardoso**. Diretor de Comunicação e Imprensa: **Marcos Aurélio Saraiva Holanda**. Diretor de Esportes: **Carlos Alberto Oliveira Lima**. Diretor de Cultura: **Moacir Carneiro da Costa**. Diretora de Assuntos de Aposentados e Pensionistas: **Marlene Rodrigues Dias**. Diretora de Saúde e Previdência: **Fabiana Cristina Meneguele Matheus**. Diretora de Juventude: **Rachel de Araújo Weber**. Diretora de Relações de Trabalho: **Rita de Cássia Santos Lima**. Diretor da Região Norte: **Jerry Fiusa dos Santos**. Diretora da Região Nordeste: **Giselle Maria Araujo Lima**. Diretor da Região Centro-Oeste: **José Herculano do Nascimento Neto (Bala)**. Diretor da Região Sudeste: **Dionísio Reis Siqueira**. Diretora da Região Sul: **Célia Margit Zingler**. Conselho Fiscal - Titulares - **Francisca de Assis Araújo Silva**, **Maria Rita Serrano** e **José Megume Tanaka**. Suplentes - **Paulo César Barros Cotrim**, **Laércio Silva** e **Anabele Silva**. Conselho Deliberativo Nacional- Presidente: **Paulo Roberto Masseti Moretti**; Vice-presidente: **Nanci Pereira dos Santos**; e Secretário: **Paulo Roberto Damasceno**. Gerente de Comunicação: **Rodrigo Fernandes**. Jornalistas: **Andréa Viegas**, **Antônio José Reis**, **Jonilda Bonfim** e **Júnia Lara**. Redação publicitária: **Ana Paula Bessa** e **Eduardo Ribeiro Bueno**. Fotos: as não identificadas são de autoria de **Augusto Coelho**. Design: **Lisarb Senna de Mello** e **Marcelo Villodres**. Ilustrações e projeto gráfico: **Lisarb Senna de Mello**. Impressão: Bangraf. Tiragem: 138.000 exemplares. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. **Distribuição gratuita**.



Resistência e luta em defesa da **Caixa** e da **democracia**

"Em um momento muito importante que estamos vivendo no Brasil, um momento de golpe, no qual a democracia e o emprego estão em risco, os trabalhadores se reuniram para se organizar e fazer a luta em defesa dos bancos públicos e da democracia..."

A defesa dos bancos públicos e da democracia norteou os debates do 33º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), realizado em São Paulo, de 29 de junho a 2 de julho. Para os 316 delegados, 165 homens (52%) e 151 mulheres (48%), é preciso resistir à tentativa de desmonte dos direitos trabalhistas e dos bancos públicos. Dentre as resoluções aprovadas, estão: a realização de campanha nacional em defesa da Caixa 100% pública; não às reformas trabalhista e da Previdência; Fora Temer e Diretas Já; o apoio à campanha da Fenae "Contencioso: essa dívida é da Caixa" e a intensificação por melhores condições de trabalho.

"Em um momento muito importante que estamos viven-

do no Brasil, um momento de golpe, no qual a democracia e o emprego estão em risco, os trabalhadores se reuniram para se organizar e, juntamente com a Contraf-CUT e com o Comando Nacional, fazer a luta em defesa dos bancos públicos e, principalmente, da democracia, afirmou Roberto von der Osten, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), na plenária de encerramento do congresso.

O coordenador da Comissão Executiva de Empregados (CEE/Caixa), Dionísio Reis, ressaltou que, mais uma vez, o Conecef foi marcado por um amplo processo de discussão e unidade. "Tivemos a participação de mais de 600 trabalhadores, se considerarmos as assembleias, encontros estaduais e o próprio congresso. Os trabalhadores saem fortalecidos para a luta pelos seus direitos", afirmou.

O cenário adverso marcado por ataques aos bancos públicos e aos direitos dos trabalhadores promovidos pelo governo Temer foi lembrado pelo presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira. "Este Conecef aconteceu em um momento difícil, de retirada dos direitos dos trabalhadores e de ataques às empresas públicas e à Caixa. Os empregados precisam estar atentos e fazer a resistência em defesa do banco. Queremos uma empresa sólida e que respeite os direitos dos seus trabalhadores".





Resistência

Na abertura conjunta do 33º Conecef e do 28º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, a palavra de ordem foi resistência. Aliás, ela fez parte do lema do Congresso dos Empregados da Caixa: "Resistência e Luta! Em defesa da Caixa e por nenhum direito a menos". Os representantes das diversas forças políticas que compõem o movimento sindical e bancário reforçaram a necessidade de mobilização e resistência contra as reformas que retira direitos conquistados pelos trabalhadores após décadas de lutas. Nos discursos, foram lembrados o espírito aguerrido e a organização da categoria bancária para enfrentar os momentos de adversidade.

Os empregados da Caixa construíram uma grande mobilização nos anos 1980 para serem reconhecidos como bancários, e a terem direito à sindicalização, o que assegurou a jornada de seis horas. Nos anos 1990, mais uma vez a categoria demonstrou sua capacidade de luta quando a Caixa esteve ameaçada de privatização. "Agora, não vai ser diferente. Vamos lutar para impedir a aprovação das reformas e a entrega dos bancos públicos", enfatizou o coordenador da CEE/Caixa.

O secretário geral da Intersindical, Edson Carneiro, o Índio, lembrou que a primeira greve geral no Brasil completa 100 anos este mês e ressaltou: "A reforma trabalhista acaba com concursos públicos, libera a terceirização, afronta nossos direitos. Temos de impedir a apro-



vação dessas reformas e a entrega dos bancos públicos".

A representante da CSP-Conlutas Juliana Donato, lembrou que as mulheres são as mais afetadas pelas reformas do governo Temer. "É importante que as mulheres ocupem espaço na sociedade e na luta e façam valer a paridade de fato. As reformas atingem principalmente as mulheres", reforçou.

Augusto Vasconcelos, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), ressaltou que as mudanças propostas pelo governo são o maior ataque à legislação trabalhista dos últimos 70 anos. "Bancos públicos fortes não interessam nem aos grandes empresários, aos bancos privados. Temos de fazer parte da população que não aceita passar para a história sem fazer nada, que se acomodou", reforçou.

Gilmar Aguirre, da CSD, também destacou a importância da luta e da união de forças: "Nos anos 90 sofremos ataques e superamos. Agora querem destruir todos os nossos direitos, precisamos fortalecer-nos ainda mais".

"Esses Congressos são realizados há mais de 30 anos, muito já foi conquistado, com a união dos trabalhadores. Muitas pautas sequer eram debatidas. A luta se renova e há sempre a possibilidade de avanços", destacou Sérgio Farias, da Fetrafi RJ/ES.

A representante da Feeb SP/MS, Maria do Carmo, lembrou que São Paulo é um exemplo do que querem fazer com o Brasil: "Aqui tudo foi vendido. Só que a privatização não gerou emprego nem renda, como querem que a população acredite. Se a gente não acordar agora para a luta pode ser tarde demais".

Homenagem



O 33º Conecef homenageou a empregada da Caixa e advogada, Rebecca Costa Serravalle, que faleceu no dia 24 de junho, vítima de câncer. Ela foi a primeira diretora do Departamento da Mulher do Sindicato dos Bancários da Bahia, onde deixou um legado de luta e atuação, tornando a questão de gênero forte entre as bancárias. Na Apcef/BA, foi diretora Administrativa e Jurídica e membro da Executiva dos Empregados da Caixa onde sempre atuou com destaque. Lutou também em defesa dos direitos das mulheres e trabalhou também como advogada de entidades de trabalhadores e trabalhadoras, sempre ao lado da classe que se dispôs a defender.

Frente parlamentar: combate ao desmonte

> “Não existe projeto de Brasil sem bancos públicos. Não existe investimento no Brasil sem bancos públicos.”

Um dos momentos marcantes do 33º Conecef foi o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos em São Paulo. O ato contou com a participação do senador Lindbergh Farias (PT) e dos deputados Ivan Valente (PSOL), Paulo Teixeira (PT) e Orlando Silva (PCdoB), além de dirigentes sindicais. Para os parlamentares e representantes dos trabalhadores, a solução da crise passa pelo fortalecimento dos bancos públicos.

A criação de uma Frente Parlamentar Mista partiu do senador Lindbergh Farias com apoio das entidades que integram o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, entre elas Fenae, a Contraf-CUT, sindicatos e federações de trabalhadores de bancos e de outras empresas públicas. No âmbito do legislativo conta com representantes da Câmara e Senado, além de reunir representações de movimentos sociais. Na Câmara, os trabalhos são coordenados pelo deputado federal Zé Carlos (PT/MA), que é empregado da Caixa.

O senador Lindbergh Farias revelou que assumiu a tarefa de presidir a frente, porque essa não é uma luta só dos bancários. “Não existe projeto de Brasil sem bancos públicos. A gente tem de fazer uma grande campanha e mostrar para toda a população a importância desses bancos. Não existe investimento no Brasil sem bancos públicos. Os bancos privados não emprestam ou emprestam com juros exorbitantes. Manter os bancos públicos preservados é fundamental para que em outro momento consigamos fazer esse país crescer novamente.”

Para o deputado federal Ivan Valente (Psol), é preciso unidade e generosidade de todas as correntes políticas e movimentos para a construção de uma nova agenda da política para o país. “O banco público é para servir ao povo e não ao capital. Esta frente parlamentar que vocês estão ajudando a criar, só existe de fato se todos os movimentos populares e a sociedade civil passar a entender o papel dos bancos públicos. Os bancos públicos são para fomento, são para ajudar na habitação, na educação. O banco público é para servir ao povo e não ao grande capital”, enfatizou.



dos **Bancos Públicos**



O deputado Paulo Teixeira, do PT, afirmou que "nós temos um projeto de país, um país que cresça, que gere emprego para mais de 200 milhões de pessoas, um país que consigamos ter um grande parque industrial, um país que organize seus serviços públicos na área da educação e da saúde, um país que dê segurança para a população, um país profundamente democrático e justo. Nós temos de recuperar a democracia, pois viemos de um ciclo de crescimento e de inclusão social, que acabou. Atacaram a legislação brasileira para impor um enorme retrocesso a constituição trabalhista. É fundamental que nós possamos tirar o Temer do governo."

O deputado Orlando Silva (PCdo B) lembrou das ofensivas neoliberais já vividas pelo povo brasileiro nos anos 1990, quando o governo afirmava que a alternativa para o Brasil era entregar as empresas públicas ao setor privado. "Viver a luta política e o golpe hoje são como imagens do país voltando para os anos 1990 e revivemos o precarizar, desmoralizar e privatizar as empresas públicas".

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, destacou o papel dos bancos públicos para o desenvolvimento econômico e social do país. "O BB e a Caixa são os maiores bancos do Brasil e são públicos. Por isso é extremamente apropriado lançar a frente parlamentar neste congresso. O golpe se consolidará se deixarmos privatizar os bancos públicos e a Petrobras. Este é o objetivo do golpe."

Para o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira, a frente parlamentar é mais um espaço de atuação que precisa ser valorizado. Ele citou outras iniciativas que vem sendo realizadas nos estados para ampliar o debate com a sociedade como a audiência pública realizada em Sergipe, no Mato Grosso do Sul e no Espírito Santo, para a criação de uma Frente Parlamentar Estadual em Defesa

dos Bancos Públicos. "A Fenae tem participado ativamente de debates, audiências públicas e outras iniciativas que tem por objetivo defender os bancos públicos. Precisamos cada vez mais ampliar nossa mobilização", disse ele.

Já Roberto von der Osten, presidente da Contraf-CUT, disse que "a frente é fundamental, pois é um braço da nossa luta em defesa dos bancos públicos dentro do Congresso Nacional, o que potencializa nossa força. Naquela data, combinamos que lançaríamos a frente em todos os estados."

Para o coordenador da CEE/Caixa, Dionísio Reis, os bancos públicos são a esperança dos brasileiros para retomar o desenvolvimento do Brasil e , assim, ter mais empregos e geração de renda. " A importância da Caixa será fundamental para quando sairmos dessa situação de avanço do golpe, com a retirada de direitos dos trabalhadores e desmonte do Estado", acrescenta ele.

Para Emmanuel Souza, representante da CTB, a luta em defesa dos bancos públicos tem de ser feita pela sociedade. "Agora, se nós, funcionários desses bancos, que temos a consciência da importância destes bancos no projeto de país que queremos, não sairmos dos nossos locais de trabalho e formos às centrais sindicais fortalecer essa luta, ela não será vencedora. Nós temos de ter resistência e quanto mais forte seja neste momento, mais curta será a retomada de um projeto de nação que avance."

Rita Serrano, coordenadora do Comitê em Defesa das Empresas Públicas e representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa, avalia que o lançamento das frentes reforça a luta para evitar o desmonte dos bancos públicos. "O trabalho que nós fizemos, há dois anos, contra o PLS 555 – que previa a privatização de todas as empresas públicas do país de uma tacada só – foi vitorioso por conta de organização junto aos parlamentares. Esta frente tem essa função, mas sozinha não irá vencer. Nós precisamos ter organização nos locais de trabalho. Juntos, Banco do Brasil e Caixa contam com quase 200 mil formadores de opinião. Portanto, se cada um dos trabalhadores fizer a sua parte, nós vamos fazer uma campanha grande e vitoriosa".





33º Conecef **reafirma** unidade do movimento dos **empregados** em defesa **da Funcef**

"De forma oportunista, a Caixa empurra aos participantes a sua conta e, conscientemente, investe na inviabilização dos planos."

Na condição de principal instância de debate e deliberação dos empregados da Caixa Econômica Federal, o 33º Conecef aprovou um documento assinado, por todas as forças políticas, em defesa da Funcef. Questões como deficit, contencioso, equacionamento e falta de transparência e de democracia, constam na resolução que, além de alertar sobre os problemas vividos, hoje, pela fundação, aponta propostas concretas para reverter esse quadro adverso.

Os 316 delegados deliberaram, por exemplo, apoio à campanha da Fenae "Contencioso: essa dívida é da Caixa", lançada em 7 de junho deste ano. A mobilização é por uma imediata solução para o passivo judicial gerado por causas trabalhistas contra a Caixa, hoje o

principal fator de deficit na Fundação, mais até do que a desvalorização de investimentos. Foi denunciado que, nos últimos anos, as provisões para cobertura de decisões judiciais atingiram montantes expressivos, com impacto direto nos resultados patrimoniais.

"De forma oportunista, a Caixa empurra aos participantes a sua conta e, conscientemente, investe na inviabilização dos planos. A luta por nenhum direito a menos saiu fortalecida neste 33º Conecef, cujas discussões foram marcadas mais uma vez por um amplo processo de unidade", afirma Jair Pedro Ferreira, presidente da Fenae. Ele acrescenta que é o trabalhador quem paga uma conta que não é sua, lembrando que, "do equacionamento referente a 2015, 25% do valor a ser pago pelos participantes do REG/Replan Saldado e 42% do valor a ser pago pelos participantes do REG/Replan Não-Saldado se referem ao contencioso". Trata-se, segundo ele, de uma dívida que a Caixa não paga, apesar de ser exclusivamente da sua responsabilidade, e a Funcef não cobra.

Existe a necessidade de não só fortalecer a Fundação financeiramente, com uma política sólida de investimentos, mas avançar na democratização da gestão e no aperfeiçoamento dos mecanismos de suas eleições. Essa questão está contemplada no documento aprovado no Conecef, em que a gestão da Funcef, com garantia de eleições diretas com regras democráticas, e a transparência e participação nas decisões sobre a política de investimentos figuram entre as prioridades para o próximo período.



Unidade mira sustentabilidade da Funcef

A proposta de unidade entre as diversas correntes políticas pretende oferecer perspectivas para o futuro, para que a voz dos participantes seja ouvida nas tomadas de decisão que vão impactar na condução do patrimônio de todos. A luta é para que a Fundação continue a ser a certeza de uma aposentadoria tranquila e segura, estando aí a necessidade de defendê-la a todo custo.

Uma das propostas em defesa da Funcef prevê uma nova metodologia para o próximo processo eleitoral, que precisa estar baseado na composição de chapas completas para a disputa das vagas tanto para os Conselhos (Deliberativo e Fiscal) como para a Diretoria Executiva. A ideia é a de que, ao serem inscritas, as chapas apresentem uma lista de apoio com número mínimo de assinaturas, obedecendo aos critérios das últimas eleições. Nesse caso, o processo eleitoral deve ocorrer em dois turnos, com participação no segundo das duas chapas mais votadas no primeiro. Só não haverá segundo turno caso uma das chapas atinja 50% mais um dos votos válidos em primeiro turno de votação.

Há o consenso de que a democratização da gestão na Funcef, com a garantia da paridade em todas as instâncias de decisão, é necessária para assegurar eficiência na gestão dos recursos e oferecer tranquilidade aos associados.

Além da questão puramente eleitoral, o documento aprovado no Conecef aponta ainda para a criação de mecanismos de consulta aos participantes sobre temas de relevância e impacto nos planos de benefícios. Isto está baseado no princípio de que decisões estratégicas na condução da Funcef não podem ser tomadas sem que seja ouvida a opinião dos participantes.



dos benefícios e democratização do nosso fundo de pensão", complementa.

Para Rita Lima, da Intersindical Bancária e diretora de Relações do Trabalho da Fenae, a iniciativa de ter um documento público para colocar com clareza a posição do movimento é extremamente positiva. Ela destaca também a questão relacionada à escolha direta e democrática de conselheiros e diretores da Fundação. E adverte: "A exigência de que se mantenham as eleições diretas com vistas à paridade, com segundo turno, garante alguma transparência. Se não for assim, a democracia fica comprometida. E a democracia é a forma mais adequada de gerir o dinheiro que é nosso".

"A prioridade deve ser a luta pelo contencioso, o grande problema hoje na Funcef e que vem ameaçando o futuro da Fundação. A unidade de todas as forças políticas é necessária para reafirmar a mobilização pela sobrevivência do nosso fundo de pensão", frisa Anabele Cristina da Silva, da Em Frente e membro suplente do Conselho Fiscal da Fenae. Ela considera importante também a luta contra o PLP 268/16, que tramita na Câmara Federal e pretende alterar a Lei Complementar 108, com proposta de excluir os trabalhadores da governança das entidades fechadas de previdência complementar, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas patrocinadas.

Augusto Vasconcelos, da Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), destaca a unidade no âmbito do movimento como fator preponderante para

Aprovado no Conecef deste ano, o documento em defesa da Funcef expressa o sentimento de todas as forças políticas do movimento em torno de uma Fundação sempre mais próspera, transparente e democrática, deixando cada vez mais distante a ameaça que paira sobre o seu futuro.

Fabiana Uehara Proscholdt, da Articulação Bancária e secretária da Juventude da Contraf/CUT, enumera a questão da unidade em defesa da Funcef e o trabalho junto à Caixa para cobrar a solução de pendências como o contencioso como os dois maiores saldos positivos do 33º Conecef. "O engajamento de todos os empregados na campanha 'Contencioso: essa dívida é da Caixa' é essencial em torno da proposta de afirmação da Funcef, tendo a capacidade de abrir caminho para avançar em termos de segurança e equilíbrio aos planos, respeito aos direitos dos participantes, melhoria



o enfrentamento da falta de pagamento do contencioso por parte da Caixa. "Não há como assegurar sustentabilidade de um fundo de pensão se a patrocinadora não arcar com seus compromissos em relação aos direitos dos trabalhadores, o que acaba repercutindo negativamente na Fundação", diz. Ele observa ainda que a luta contra a discriminação dos participantes do REG/Replan Não-Saldado foi uma reivindicação reafirmada no Conecef, "e que é considerada muito importante".

O representante da Central Sindical e Popular (CSP/Conlutas), Wilson Ribeiro, sentencia: "A questão do equacionamento precisa ser colocada em posição de destaque no debate sobre a Funcef, para que a Caixa assuma a responsabilidade que lhe cabe. A falta de uma solução para esse problema só agrava ainda mais o desequilíbrio dos planos de benefícios, com maior prejuízo aos participantes". Para Wilson Ribeiro, outra questão fundamental é o processo de democratização, com ênfase numa transparência cada vez maior. Essa questão, segundo ele, é vital para garantir a participação dos associados nas decisões sobre a política de investimentos. Ele defende ainda que seja dada transparência para a definição do plano de equacionamento, no que diz respeito a condições, montantes, prazos e responsabilidades.

Já Gilmar Aguirre, da CUT Socialista e Democrática (CSD), adverte: "A conta do contencioso é da Caixa, sendo hoje o maior problema a ser enfrentado na Funcef. Na busca por uma solução, a campanha que a Fenae lançou no 33º Conecef visa conscientizar os empregados a estarem imbuídos dessa luta". Na opinião dele, o documento assinado pelas forças políticas é importante e reforça a luta em defesa da Funcef. Para Aguirre, "apenas a unidade garante alguma coisa positiva na Fundação".

Para Carlos Augusto da Silva (Pipoca), da Feeb São Paulo/Mato Grosso do Sul, "enfrentar o problema provocado pelo contencioso, que é a maior causa de deficit na Funcef, é uma atitude urgente e necessária". Ele diz que a ousadia da construção da unidade das forças políticas é fundamental para levar adiante essa luta, pois o contencioso é tão grave que requer a união de todos para estancá-lo. "É hora de esquecer disputas políticas, diferenças de opinião e juntar esforços para resolver um problema que pode inviabilizar o nosso fundo de pensão. Como a solução para o contencioso é demanda urgente, a Caixa e a Funcef não podem protelar mais um posicionamento sobre uma questão importante. Essa situação está se prolongando e os prejuízos para os planos de benefícios e participantes só aumentam", admite.



Congresso aprova estratégias de luta e reivindicações



O 33º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef) aprovou uma série de resoluções que vão nortear as negociações com o banco e atuação das entidades sindicais. Dentre elas estão a defesa da Caixa 100% Pública e da Funcef, manutenção do modelo de custeio do Saúde Caixa, conforme prevê o Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2018, fortalecimento dos fóruns nacional e regionais de condições de trabalho, não à verticalização, lutar contra os descomissionamentos arbitrários, entre outros.

Na votação do regimento interno, foi aprovada a manutenção das resoluções do 32º Conecef no que se refere a pauta de reivindicações específicas, que será rediscutida no 34º Congresso, em 2018. As deliberações deste ano ficaram concentradas nas estratégias do Movimento dos Empregados da Caixa em relação a questões como a defesa da Caixa 100% pública e combate as reformas do governo.

Para chegar a essas reivindicações, os delegados e delegadas do Congresso participaram de debates em grupos, realizados no dia 1º de julho, envolvendo quatro eixos: Saúde do Trabalhador e Condições do Trabalho/Saúde Caixa; Funcef, Aposentados e Previdência; Reestruturação, Reformas Trabalhistas e Terceirização; e Defesa da Caixa e dos Bancos Públicos.

No eixo voltado à saúde e condições de trabalho, entre as principais ações deliberadas estão o fortalecimento do Fórum Nacional de Condições de Trabalho; o incentivo a denúncias contra o assédio moral; e a campanha permanente pelo registro correto das horas trabalhadas.

Com relação à Funcef, as entidades cobrarão responsabilidade da Caixa sobre o contencioso do fundo; lutarão contra o Projeto de Lei Complementar (PLP)





268/2016, que reduz a representação dos empregados; apoiarão o PLP 84/2015, que estabelece a paridade entre participantes e patrocinadora nos órgãos de gestão, acaba com o voto de desempate e proíbe a devolução do superávit aos patrocinadores.

A luta contra a reestruturação deverá ser intensificada, com foco na reivindicação pela revogação das retiradas de função e retorno das áreas extintas. Também receberá atenção especial a cobrança pela incorporação dos terceirizados, a representação desses trabalhadores sob a égide do movimento sindical bancário, e pelo seu envolvimento nas lutas da categoria.

O fortalecimento da Caixa como banco público e estratégia para a retomada do desenvolvimento econômico e social; e a reposição dos funcionários que aderiram aos planos de demissão foram algu-









mas das principais resoluções tiradas no grupo que discutiu a defesa dos bancos públicos e da Caixa.

A campanha em defesa da Caixa será intensificada, com a deflagração de mais protestos; articulação com a Frente Parlamentar em Defesa dos Bancos Públicos e com o Comitê em Defesa das Empresas Públicas; audiências públicas; visitas a prefeituras, câmaras municipais e assembleias legislativas, a fim de sensibilizar e envolver vereadores, deputados estaduais e prefeitos.

"Entendemos que todas essas resoluções invariavelmente passam pela resistência ao governo atual e suas políticas de enfraquecimento do Estado, das garantias sociais e trabalhistas, e dos bancos públicos", afirma o coordenador da CEE/Caixa. Ele defendeu que os empregados se envolvam na luta em defesa da Caixa 100% Pública e contra a retirada de direitos.





Ações Fenae:
integração, conhecimento e luta



"a Coleção Fenae busca oferecer reflexão abrangente, objetiva e didática..."

Durante o 33º Conecef, delegados e delegadas de todo o país tiveram a oportunidade de participar de diversas ações produzidas pela Fenae em defesa da democracia e do papel dos bancos públicos. Uma delas foi a distribuição de exemplares do livro "Bancos Públicos do Brasil", escrito pelo economista Fernando Nogueira da Costa e que integra o primeiro volume da Coleção Fenae.

Um estande com exemplares da publicação despertou o interesse dos participantes do 33º Conecef. Um livro foi distribuído pela Fenae a cada delegado e delegada do evento. Foi explicado ainda, na ocasião, que "a Coleção Fenae busca oferecer reflexão abrangente, objetiva e didática acerca da realidade dos principais temas que contemplam a perspectiva atual do mundo do trabalho no Brasil".

Sobre a distribuição no Conecef do livro "Bancos Públicos do Brasil", o diretor de Administração e Finanças da Fenae, Cardoso, esclarece que a Coleção Fenae reúne textos dos principais estudiosos dos temas selecionados. Ele lembra que o primeiro volume aborda o papel





que os bancos públicos desempenham para o desenvolvimento econômico e social sustentável. “Todo esse esforço para possibilitar à categoria bancária o acesso ao conhecimento faz parte da compreensão de que, para mudar a realidade, torna-se prioritário melhor conhecer previamente a própria realidade”, afirma.

A versão online dessa obra já está disponível para download no site da federação www.fenae.org.br.

Contencioso

Foi divulgada também a campanha “Contencioso: essa dívida é da Caixa”, lançada pela Fenae em 7 de junho deste ano e tem por objetivo chamar a atenção dos participantes da Funcef sobre riscos e prejuízos, caso a Caixa não salde essa dívida, cuja a responsabilidade é exclusiva da empresa.



Fotos personalizadas

A Fenae também colocou à disposição dos delegados e delegadas do 33º Conecef uma máquina de fotos personalizadas, conhecida como “Funclick”. Esse serviço despertou o interesse dos empregados da Caixa presentes ao evento. Um click foi necessário para registrar um momento especial de resistência, mobilização e luta em defesa da Caixa 100% pública.



Resoluções do 33º Conecef

Ações estratégicas do Movimento dos Empregados da Caixa

Saúde do Trabalhador e Condições de Trabalho

Fortalecimento do Fórum Nacional de Condições de Trabalho. 33 CONECEF

Divulgação massiva e luta pela implantação em todo o país do Fórum Regional de Condições de trabalho. 33 CONECEF

Combate à subnotificação dos acidentes e doenças do trabalho, orientando as entidades sindicais a estabelecerem parceria com os Cerest, e a notificarem extrajudicialmente a Caixa toda vez que ela se recusar a emitir CAT, com vistas a ingressar com denúncia ao Ministério Público do Trabalho.

Orientação às entidades representativas para promover a elaboração e distribuição de material sobre a conscientização da prevenção de doenças do trabalho. 33 CONECEF

Sindicato e associações devem fazer permanentemente campanha de esclarecimento aos empregados e empregadas sobre os riscos de adoecimento mental. 33 CONECEF

Realização de seminários de orientação e conscientização sobre autismo e outras síndromes. 33 CONECEF

Orientação às entidades sindicais para incentivar o uso da ferramenta de denúncias de assédio. 33 CONECEF

Realização de campanha permanente pelo cumprimento da jornada de trabalho e pelo correto registro das horas trabalhadas. 33 CONECEF

Orientação às entidades representativas dos empregados para acompanharem o cumprimento da cláusula 37 da CCT (ranking e cobrança de resultados por mensagem no celular particular), denunciando a Caixa quando houver a transgressão. 33 CONECEF

Orientação às entidades representativas para promoverem campanha de prevenção à DORT/LER, melhorias na ergonomia e pausa de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados.

Orientação às entidades representativas para envolverem a população na luta por mais empregados. 33 CONECEF

Saúde Caixa

Lutar pela Manutenção do modelo de custeio (70% da Caixa e 30% dos usuários), sem a inclusão de teto de contribuição para o banco e pela conscientização dos usuários sobre a importância da manutenção do formato de custeio do plano, através de seminários, reuniões nos locais de trabalho, elaboração de materiais informativos, entre outras iniciativas. 33 CONECEF

Campanha de esclarecimento envolvendo as entidades representativas e os usuários do plano, com a elaboração de cartilha sobre o modelo de funcionamento do Saúde Caixa, informando quais os benefícios e a real situação financeira do plano. 33 CONECEF

Orientar a realização de um seminário nacional de empregados para discutir os temas relativos à saúde e ao Saúde Caixa. 33 CONECEF

Luta pelo direito de indicação de um representante dos empregados na Unidas.

Funcef

Defesa da democratização da Funcef: contra o PLP 268/2016, que reduz a representação dos empregados; pelo fim do voto de Minerva. 33 CONECEF

Apoio ao PLP 84/2015, que estabelece a paridade entre participantes e patrocinadora em todos os órgãos de gestão, acabando com o voto de desempate e proíbe a devolução do superávit aos patrocinadores, dentre outras medidas de democratização das EFPC. 33 CONECEF

Encaminhar ofício à Funcef solicitando que a fundação entre com ação de regresso contra a Caixa nas ações em que a demanda é de cunho trabalhista e não previdenciário. Cobrar responsabilidade que é da Caixa com o contencioso da Funcef, apoiando a campanha em curso. 33 CONECEF

Denunciar a Caixa ao Ministério Público Federal para o pagamento do contencioso judicial, devido aos expressivos valores provisionados, porque as tratativas por vias administrativas se esgotaram e o ressarcimento diminuirá o déficit estrutural em todos os planos. 33 CONECEF

Instituição de assembleias e consultas para que os associados decidam sobre as questões mais importantes de seus planos.

Orientação às entidades representativas para realizarem Seminário Nacional pautando o debate dos assuntos relevantes da Funcef.

Encaminhar ofício a Funcef solicitando esclarecimentos sobre a operação Greenfield. É preciso evitar a criminalização indevida do movimento sindical. 33 CONECEF

Orientação às entidades representativas dos empregados, de promover esclarecimentos aos participantes dos planos de benefícios da Fundação, através de reuniões, seminários, palestras e materiais informativos.

Orientação às entidades representativas dos empregados, de realizar o acompanhamento dos planos, cobrando os dirigentes da Fundação eleitos e indicados por suas atribuições. 33 CONECEF

Orientação às entidades representativas dos empregados, de acompanhar projetos de lei em andamento no Congresso Nacional que dizem respeito às EFPC, zelando pela defesa dos participantes. 33 CONECEF

Apoio aos projetos de lei complementar 140/2007 de autoria do deputado federal Eudes Xavier, e 588/2010 e 161/2012, de autoria do deputado federal Ricardo Berzoini, que alteram disposições das LC 108 e 109.

Orientações às entidades e participantes quanto à forma correta de ajuizamento de ações judiciais, colocando a Caixa como reclamada e não a Funcef.

Realização de campanha de mobilização e de participação em defesa da Funcef, liderada pela Fenae.

Criação de fórum e de seminário para a discussão do equacionamento dos déficits dos planos de benefícios da Funcef.

Impetrar ação judicial para que sejam responsabilizados todos os diretores da Funcef, em decorrência dos déficits ocorridos nas últimas gestões, desde que comprovada má gestão.

Inclusão de painel sobre a Prevhab nos fóruns de organização dos trabalhadores, para debates, esclarecimentos e apresentação de sua gestão.

Aposentados

Promoção de ações sindicais e políticas que viabilizem a implantação de GT, para solucionar o problema das mulheres pré-79.

Envolver os aposentados nas lutas pela defesa da Caixa, Saúde Caixa e Funcef e contra a retirada de direitos.

Previdência

Denunciar grandes devedores da previdência. 33 CONECEF

Campanha nacional de esclarecimento sobre os números contábeis da previdência Social. 33 CONECEF

Luta pelo fim do Fator Previdenciário. 33 CONECEF

Promover seminários e comunicação conscientizando os trabalhadores. 33 CONECEF

Reestruturação

Não a verticalização: Fim da reestruturação em curso, com o retorno das áreas e revogação de todas as retiradas de função; Contra a precarização do atendimento à população; e Contra a redução salarial (retirada de função). 33 CONECEF

Lutar pela manutenção das funções essenciais nas unidades. 33 CONECEF

Lutar pela garantia de atendimento de todos os segmentos na agência. 33 CONECEF

Lutar contra os descomissionamentos arbitrários. 33 CONECEF

Lutar pela reversão dos descomissionamentos pelo motivo 950 no período de revisão do MN RH 184. 33 CONECEF

Lutar contra a precarização do atendimento à população.

Lutar contra a redução salarial (retirada de função). 33 CONECEF

Intensificar a luta pela volta das condições para incorporação de função. 33 CONECEF

Reformas Trabalhistas

Não a reforma da previdência e a flexibilização dos direitos trabalhistas. 33 CONECEF

Rejeitar negociação das reformas (trabalhista e da previdência). 33 CONECEF

Orientação às entidades representativas, de confeccionar materiais informativos/didáticos (cartilhas, abaixo-assinado, etc.), em formas impressas e digitais, para a categoria e a população, de forma a atingir várias faixas etárias sobre os ataques aos direitos trabalhistas. 33 CONECEF

Elaboração de um material de apoio para conscientizar os bancários/as da Caixa quanto aos riscos diretos oferecidos pelas reformas (trabalhista, previdenciária e terceirização). 33 CONECEF

Terceirização

Fim das terceirizações. 33 CONECEF

Defender e incorporar nas lutas, bancários terceirizados (lotéricos, vigilantes, entre outros), pela igualdade de direitos aos mesmos. 33 CONECEF

Lutar pela representação sindical de todos os terceirizados dentro do ramo bancário e pelo seu envolvimento nas lutas. 33 CONECEF

Combater todo o tipo de desvio de função, inclusive dos trabalhadores terceirizados. 33 CONECEF

Revogação do PL 030 e da Emenda Constitucional 95. 33 CONECEF

Defesa da Caixa e dos Bancos Públicos

Luta pelo não fatiamento da Caixa. 33 CONECEF

Lutar pela manutenção da gestão pública do FGTS na Caixa. 33 CONECEF

Defesa do caráter público da Caixa. Luta contra a política de não atendimento à população de baixa renda. 33 CONECEF

Campanha nacional em defesa da Caixa 100% pública, destacando o seu papel social e denunciando o desmonte da empresa e do setor público. 33 CONECEF

Dias de Luta dos empregados. 33 CONECEF

Articulação com as Frentes parlamentares em defesa da Caixa e em defesa dos bancos públicos. 33 CONECEF

Articulação com Comitê em defesa das empresas públicas. 33 CONECEF

Audiências públicas. 33 CONECEF

Visitar prefeituras, câmaras municipais e assembleias legislativas, sensibilizando e envolvendo vereadores, deputados estaduais e prefeitos. 33 CONECEF

Visitas às entidades de classe, associações de bairro, escolas e controle social, sensibilizando e envolvendo estes públicos. 33 CONECEF

Lutar pela expansão e barateamento do crédito para a produção e consumo, com prioridade para a economia popular e solidária, movimento comandado pelos bancos públicos e lastreado pela redução dos depósitos compulsórios. 33 CONECEF

Lutar pelo aporte de capital para provisões e operações, por parte do governo e que o mesmo seja obrigado a cumpri-lo, sem que haja impacto direto nos direitos dos empregados. 33 CONECEF

Sensibilizar e envolver a população, em especial buscando dialogar com os segmentos alcançados pelas ações e programas desenvolvidos pela Caixa. 33 CONECEF

Campanha nacional e unificada, de forma articulada em prol da defesa da Caixa. 33 CONECEF

Mais Empregados para Caixa, Mais Caixa para o Brasil. 33 CONECEF

Que os bancários/as e entidades associativas e sindicais trabalhem permanentemente tanto para o público interno como para o público em geral, o nosso posicionamento firme e claro de que o papel fundamental da Caixa é o compromisso com o povo brasileiro. Trabalhar isso é importante para fortalecer nossa identidade enquanto trabalhadores/as de um banco público e ainda na conscientização da população sobre o papel da Caixa. 33 CONECEF

Defesa do papel social da Caixa, de fomento à economia, implementação de políticas públicas, e de agente de regulação e moderação do Sistema Financeiro Nacional. 33 CONECEF

Resgatar o papel de banco público da Caixa, com atuação voltada para Banco Social, dando ênfase ao atendimento social. Também, qualificando e valorizando os empregados que atuam nesta área, com criação de estrutura funcional de carreira. 33 CONECEF

Fortalecimento da Caixa como estratégia principal para retomada do desenvolvimento do Brasil, com geração de emprego, renda e oportunidades. Atos nas agências, SRs e áreas meio com adesivo nas agências que o banco pretende fechar. 33 CONECEF

Abaixo assinado com a população e empregados. 33 CONECEF

Usar materiais em defesa dos bancos públicos, para o público externo e interno . 33 CONECEF

Envolver as organizações de base dos empregados (delegados sindicais, representantes de CIPA, etc.) na luta da Caixa.

Envolver a população e os empregados na luta por mais empregados. 33 CONECEF

Reposição dos funcionários que aderiram ao PAA/PDVE por meio de concurso público. 33 CONECEF

Cobrar da Caixa fortalecimento dos controles internos no que diz respeito à prevenção de fraudes e eliminação de ingerência política. 33 CONECEF

Luta pela redução da alíquota de recolhimento compulsório sobre a poupança de 20% para 15%, condicionada à aplicação dos recursos em financiamentos imobiliários para população de baixa renda.

Campanha permanente das entidades representativas dos empregados pela manutenção da Caixa 100%

pública como instrumento de fomento à economia, implementação de políticas públicas, e de agente de regulação e moderação do Sistema Financeiro Nacional.

Fomento ao debate das propostas legislativas em tramitação (PL 4918, entre outros), procurando os deputados que se contrapõem à transformação da Caixa em S/A com o intuito de discutir formas de se contrapor a essas inciativas.

Realização de debates e eventos sobre a importância dos bancos públicos para regularização do SFN.

Isonomia

Realização do IV Encontro de Isonomia.

Organização do Movimento

Lutar por:

Liberação dos delegados sindicais e representantes de entidades sindicais e associativas para participarem de reuniões, cursos, seminários, congressos e plenárias onde seja necessária à sua presença, independentemente da anuência dos gestores.

Definição da estrutura para o bom desenvolvimento das atividades do conselheiro representante.

Criação do cargo de vice-presidente representante, eleito pelos empregados.

Reposição das perdas salariais desde o Plano Real.

Ações do movimento dos empregados:

Participação dos empregados da Caixa na Campanha Nacional dos Bancários, com representação na mesa da Fenaban e mesa específica concomitante.

Luta pela revogação das restrições impostas pela lei 12.353 de 28/12/2010 para atuação do conselheiro eleito.

Orientações:

CEE/Caixa composta por um representante por federação, um representante dos aposentados indicado pela Fenacef, um representante da Contraf-CUT e um coordenador.

Realização do 34º Conecef, no primeiro semestre de 2018, com base nos seguintes critérios:

a) Coordenação nacional pela Contraf-CUT, com assessoria da CEE/Caixa.
b) Coordenação dos congressos estaduais pelas federações, com a colaboração das Apcefs e associações de empregados e de aposentados.
c) Organização pela CEE/Caixa.
d) Finalidade: discutir e deliberar sobre as especificidades da Caixa e de seus empregados, aposentados e pensionistas, elaborando a pauta de reivindicações específicas a ser negociada com a empresa no processo de negociação permanente e na mesa específica da Campanha Nacional dos Bancários.
e) Delegados eleitos na proporção de um por 300 empregados na base, ou fração superior a 150. No mínimo dois por estado.
   Mesma proporcionalidade para os aposentados, garantindo no mínimo um por estado.
f) Paridade de gênero: obrigatoriedade de 50% de gênero (corte). Aprimora a paridade em todas as representações.
g) Rateio dos custos totais de participação dos delegados no Conecef.
h) Eleição de delegados sindicais em todas as bases, com organização de conselhos estaduais ou por federação, com caráter organizativo.
i) Realização de seminários e plenárias com o objetivo de construir posições do movimento para o enfrentamento de questões relevantes para os empregados da Caixa.
j) Realização de dia de luta pela Caixa 100% pública.

Reivindicações do 33º Conecef

I - Saúde do Trabalhador e Condições de Trabalho

1. Criação de unidades específicas para Saúde do Trabalhador, com estruturas técnica e administrativa compatíveis com as respectivas atribuições e dimensões, no mínimo uma por estado, sem terceirização de atividades e garantida de qualificação aos empregados, com a criação de representações em todas as SR e polos regionais.
2. Combate ao assédio moral e a todas as formas de violência organizacional com o aperfeiçoamento dos procedimentos, dando maior efetividade à cláusula de "Prevenção de Conflitos" da Convenção Coletiva de Trabalho e adoção de punições normativas previstas nos manuais disciplinares contra os empregados que comprovadamente pratiquem qualquer forma de violência moral contra colegas, subordinados e demais pessoas, sem, contudo, negligenciar os aspectos organizacionais envolvidos e, concluídas todas as etapas da apuração, denúncia às autoridades competentes.
3. Criação de protocolo de combate ao assédio sexual, considerando a necessidade de preservar a intimidade e a integridade moral e psíquica da vítima.
4. Realização obrigatória pela Caixa, caso solicitado pelo empregado, de avaliação e acompanhamento psicológico por profissional por ele escolhido, em caso de transferências, para identificar eventuais casos de assédio moral e a outras formas de pressão.
5. Criação de política de Saúde Mental, com realização de oficina nacional sobre o tema, custeada pela Caixa, com participação de representantes de todas as áreas de Saúde do trabalhador do país e igual número de dirigentes e militantes sindicais em Saúde do trabalhador, como primeiro passo na construção dessa política.
6. Realização de pesquisa para mapeamento do perfil do bancário da Caixa e para avaliar a relação sobrecarga de trabalho e metas/adoecimento, incluindo informações estatísticas sobre faixa de idade, tempo de empresa, função de confiança, acometimento de doenças do trabalho (acompanhamento psicoterápico para problemas como dependência química, como alcoolismo, tabagismo, doenças osteomusculares etc...), com disponibilização dos resultados às entidades representativas dos empregados, e garantia da participação de representação dos empregados na sua elaboração e acompanhamento.
7. Reformulação dos postos de trabalho, com base em critérios ergonômicos adequados, com a criação de programa de orientação de uso, bem como adoção de equipamentos de proteção coletiva (EPC) e individual (EPI), quando for o caso.
8. Medição e adequação obrigatória dos índices de ruídos, luminosidade e temperatura nos ambientes de trabalho, pelo menos a cada seis meses.
9. Pagamento de adicional de periculosidade aos empregados que trabalharem em locais considerados áreas de risco de assaltos e sequestros.
10. Realização de laudo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre insalubridade em todas as unidades que tenham tesouraria ou penhor, com garantia de acompanhamento pelas representações sindicais e associativas.
11. Adoção da remuneração-base do empregado para fins de cálculo dos adicionais de insalubridade e periculosidade.
12. Reconhecimento, por parte da Caixa, do avaliador de penhor, tesoureiro, caixa e atendimento expresso como atividades insalubres.
13. Adoção nos postos de trabalho de penhor de luminária com lâmpada especial; balança específica; escala de cores do padrão internacional para diamantes; pia com lavatório e água corrente, lava-olhos acionado por pedal; luvas nitrílicas; soluções ácidas adequadas à precificação de diversos teores de ligas metálicas de ouro, platina e prata, em frascos com pinceletes, bem com a não adoção do espectrômetro de massa e troca dos exaustores da bancada de penhor adotados, os quais são inadequados às necessidades da atividade.
14. Obrigatoriedade de constar no PPRA/mapa de risco, PCMSO, ASO, PPP e LTCAT dos avaliadores de penhor os riscos químicos referentes às substâncias utilizadas

no processo de avaliação, conforme consta no normativo CO 186, bem como os riscos ergonômicos.
15. Obrigatoriedade de ciência do empregado no questionário preenchido pelo médico no PCMSO.
16. Retorno do questionário do PCMSO preenchido pelo empregado, incluindo questões relativas ao ambiente de trabalho.
17. Realização dos exames solicitados no PCMSO em laboratório conveniado, a livre escolha do empregado, obedecidos os prazos do programa.
18. Realização do PCMSO e PRO no município de moradia do empregado.
19. Realização dos exames periódicos com o mesmo rigor dos exames admissionais.
20. Contratação de quantidade de médicos compatível com o número de empregados de cada região, possibilitando aos empregados escolha do profissional para realização do PCMSO.
21. Disponibilização dos dados estatísticos do PCMSO, PPRA, PRO e outros programas de Saúde do Trabalhador, bem como do cronograma do PCMSO e do PPRA aos sindicatos, entidades representativas dos empregados, cipeiros e delegados sindicais no âmbito dos seus respectivos locais de trabalho e de relatórios mensais dos acidentes de trabalho, onde constem os respectivos períodos de afastamento.
22. Abertura obrigatória de CAT, no prazo de 24 horas, para todos os trabalhadores lotados na unidade, nas ocorrências de assalto, inclusive para terceirizados e aprendizes.
23. Aumento do quadro de lotação (composição) do SESMT, compatibilizando-o com o número de empregados em cada região, garantindo no mínimo um SESMT por SR.
24. Autonomia quanto às atribuições e responsabilidades legais típicas da profissão de médico, como determina a Convenção 161 da OIT, da qual o Brasil é signatário; em especial quanto à notificação de acidentes de trabalho (emissão de CAT), coordenação dos SESMT e supervisão do PRO.
25. Normatização das atribuições exclusivamente afins à profissão de médico tais como: construção e execução de projetos e ações preventivas em Saúde do Trabalhador, coordenação nacional do PCMSO, coordenação regional do PCMSO, supervisão do PRO, consultoria do Saúde Caixa / Matriz, consultoria do Saúde Caixa/Filiais, coordenação do SESMT, entre outras.
26. Desvinculação dos SESMT das GIPES e vinculação direta à área de Saúde do Trabalhador na Matriz com a criação com a criação de coordenação nacional dos SESMT, exercida por médico.
27. Adoção de estrutura física e de pessoal exclusiva para os SESMT.
28. Pagamento de adicional para cada estado atendido, quando o desenvolvimento das atividades do médico se der em regiões que abranjam mais de um estado.
29. Criação de programa de reciclagem e aperfeiçoamento contínuo dos profissionais médicos.
30. Liberação dos médicos para participação em todos os congressos de Medicina do Trabalho e pelo menos um de Clínica Médica ao ano, com as despesas custeadas pela Caixa.
31. Permissão para os médicos trabalharem com atendimento aos empregados, garantindo-se a privacidade no local de trabalho, com destinação de sala exclusiva, tendo em vista o sigilo médico;
32. Acesso irrestrito à internet aos médicos.
33. Atendimento prioritário das áreas de logística às situações detectadas pelo PPRA e as emergenciais, independentemente de dotação orçamentária.
34. Custeio integral pela Caixa do tratamento das doenças do trabalho, inclusive para os empregados aposentados por invalidez por acidente de trabalho, incluindo terapias alternativas, medicamentos, tratamentos psicológicos e psiquiátricos em situações de assédio moral e outros tipos de violência organizacional, e traumas pós-assalto/sequestro, extensivo aos dependentes, incluindo deslocamento com acompanhante quando o tratamento tiver de ser realizado em outro município.
35. Extensão da pausa de 10 minutos a cada 50 trabalhados para todos os bancários da Caixa que atendem público ou trabalham com entrada de dados ou movimentos repetitivos.
36. Criação de mecanismo de controle automatizado no sistema para a pausa de 10 minutos a cada 50 trabalhados, com garantia de espaços nas unidades de trabalho para relaxamento e descanso durante as pausas.
37. Organização da SIPAT pelo Sindicato e pela CIPA, com infraestrutura garantida pela Caixa e participação das entidades sindicais e representativas na formatação e execução do curso de Cipa.
38. Eleição da presidência da CIPA pelos cipeiros titulares e suplentes.
39. Não interferência da Caixa na forma e conteúdo de mensagens eletrônicas das CIPA aos empregados.

40. Revisão do MN RH 022 em mesa de negociação, garantindo-se a manutenção da titularidade e complementação salarial referente à função e CTVA para afastados por motivo de saúde, enquanto perdurar o afastamento, seja por LAT ou LTS, bem como dos empregados que estiverem participando do PRO e incorporação integral da gratificação de função e CTVA aos salários para empregados que forem obrigados a abandonar a função em razão de problemas de saúde.
41. Extensão da licença-aleitamento para mães com crianças de até um ano.
42. Criação de creches em locais de trabalho com mais de 300 empregados, inclusive terceirizados, com o pagamento integral das despesas com creche para os empregados não atendidos por estas.
43. Acesso automático ao programa Saúde da Mulher e do Homem a partir dos 35 anos e cumprimento da nota técnica do ministério da saúde quanto à saúde da mulher negra.
44. Custeio integral da vacina contra a gripe para os empregados, sem limite de datas.
45. Revisão do MN RH 009 - licença para acompanhamento de pessoa da família por motivo de doença, negociada com os representantes dos empregados, eliminando-se exigência de utilização prévia das APIP, licença-prêmio ou férias; com aumento do prazo para até 180 dias, sem reflexos na remuneração-base e na vida funcional do empregado.
46. Concessão de abono de ausência em caso de atendimento médico, onde não haja rede credenciada, e pagamento das despesas de deslocamento e hospedagem.
47. Adaptação da estrutura das unidades e suporte operacional adequado a acessibilidade física e de comunicação ao empregado com deficiência ou mobilidade reduzida, incluindo os sistemas corporativos, aplicativos, equipamentos, treinamento de pessoal, disponibilização de intérpretes, escrita em braile, software de voz, curso de libras e serviços de terceiros aos empregados.
48. Abono de ausência para acompanhamento ao médico, e outras situações indicadas, de filho com deficiência, sem limite de idade.
49. Redução da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, para empregados com filhos com deficiência que exijam tratamentos especializados.
50. Manutenção automática do PAI, após os 7 anos de idade, para o dependente com deficiência inscrito no Saúde Caixa, sem necessidade de requerimento pessoal, apresentação de laudos e solicitação de inclusão à área competente.
51. Reconhecimento da dependência química de álcool e outras drogas como doença, propiciando atendimento ao empregado, equipe de trabalho e grupo familiar por equipe multidisciplinar formada por médicos, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais, considerando-as como atenuantes nos processos administrativos.
52. Implantação de política para fins de controle de doenças contagiosas.
53. Caracterização como de efetivo exercício o período entre o fim da licença até a data do resultado da perícia, com a manutenção da remuneração integral, nos casos de pedidos de Prorrogação e de Reconsideração junto ao INSS, mesmo que venham a ser negados.

II- Saúde Caixa

54. Criação de unidades específicas para Saúde Caixa, com estruturas técnica e administrativa compatíveis com as respectivas atribuições e dimensões, no mínimo uma por estado, sem terceirização de atividades e garantida a qualificação aos empregados, com a criação de representações dessa nova área em todas as SRs e polos regionais.
55. Utilização do superávit anual com o devido aporte da parte da Caixa (70%), para melhorias no plano, com base em parecer de assessoria técnica contratada.
56. Segregação operacional contábil e financeira dos recursos do Saúde Caixa, com a criação de um fundo que os remunere, com auditagem externa, por empresa avalizada pelos conselheiros de usuários eleitos e pela CEE/Caixa.
57. Implantação do plano Saúde Família para inclusão de dependentes não admitidos nas atuais regras do Saúde Caixa.
58. Criação de canal de comunicação do Conselho de Usuários.
59. Alteração da frequência das reuniões do Conselho de Usuários do Saúde Caixa, e dos comitês de acompanhamento da rede credenciada tornando-as mensais.
60. Transformação do caráter do Conselho de Usuários de consultivo para deliberativo dentro do escopo de atribuições definidas no Regimento Interno.
61. Fortalecimento dos comitês de acompanhamento de rede credenciada, incluindo custeio pela Caixa

de despesas com viagens, dentro das regras do destacamento.

62. Anistia das dívidas do antigo Programa de Assistência Médica Supletiva (Pams), dos usuários que migrarem para o Saúde Caixa.
63. Reformulação do portal Saúde Caixa (internet e intranet), negociada com a representação dos empregados, incluindo novas funções tais como forma de pesquisa de credenciados pelo nome do profissional e por empresa, com discriminação dos profissionais e procedimentos incluídos no convênio; processo de inscrição e renovação de dependentes e titulares; emissão de carteiras e acompanhamento de processos.
64. Retirada do mecanismo invasivo que dá acesso aos dados pessoais do telefone celular do (a) empregado(a) que baixar o aplicativo Saúde Caixa.
65. Garantia do Saúde Caixa para todos que se desligam da Caixa por motivo de aposentadoria ou já estando aposentados pela previdência oficial, bem como para os que se desligaram pelos PADVs e se aposentaram em um prazo de até 5 anos, desde que permaneçam vinculados à Funcef.
66. Reembolso com base nos valores efetivamente pagos em casos de cirurgias eletivas e de urgência, quando realizadas por médicos que pratiquem preços definidos por cooperativas regionais.
67. Inclusão de novas coberturas mediante estudo de viabilidade financeira:
    a) Parto humanizado e/ou domiciliar.
    b) Medicamentos de uso contínuo não fornecidos pelo SUS, tratamento odontológico e ortodôntico, fraldas, entre outros, bem como de auxíliolocomoção para tratamento fora do domicílio, para dependente com deficiência.
    c) Enfermeiro domiciliar, homecare ou cuidadores, sem exigência de análise econômico-financeira ou parecer social, com acompanhamento constante por profissionais de saúde e de assistência social.
    d) Teste rápido para diagnóstico da dengue, chikungunya e zica vírus.
    e) Vacina contra o HPV para usuárias não atendidas pelo SUS.
    f) Vacina contra a gripe para os dependentes, sem limite de datas.
    g) Clínica de longa permanência independentemente de idade.
68. Agilização nos processos de autorização de tratamentos de saúde e odontológicos.

III- Funcef

69. Cancelamento ou suspensão dos descontos para equacionamento da Funcef até que apure as responsabilidades. 33 CONECEF
70. Criar termo de compromisso obrigando o gestor a denunciar as patrocinadoras caso haja irregularidades. 33 CONECEF
71. Divulgar para os beneficiários os pré-requisitos para ocupação de cargos de confiança na Funcef. 33 CONECEF
73. Assunção, pela Caixa, do total das condenações referentes ao contencioso trabalhista onde esteja incluída a Funcef como ré. 33 CONECEF
74. Assunção, pela Caixa, do total das condenações referentes ao contencioso trabalhista onde esteja incluída a Funcef como ré em processos originados a partir da relação de trabalho com a Caixa. 33 CONECEF
75. Os eleitos em 2014 (Controle e Resultado), tinham como mote de campanha eleitoral, investigar tudo que estava errado, até agora nada apresentou de concreto, já era tempo de dizer alguma coisa, apresentando relatórios do que foi apurado até o momento. 33 CONECEF
76. Elaborar proposta de equacionamento em conjunto com as entidades representativas dos empregados. 33 CONECEF
77. Fim da discriminação e direito do pessoal do REG/Replan migrar para o novo PCS e PFG, incluindo os aposentados que estavam nessa situação e vieram a se aposentar a partir de 2010. 33 CONECEF
78. Abolir o termo de confidencialidade dos membros, comitês e diretores da Funcef, exceto em questões de investimentos. 33 CONECEF
79. Reconhecimento, por parte da Caixa, do CTVA como verba salarial para fins de aporte à Funcef, aos que permaneceram no REG/REPLAN não saldado, bem como os saldados.
80. Fim do voto de Minerva em todas as instâncias da Funcef.
81. Divulgação pelos representantes eleitos e pela Funcef da utilização do voto de Minerva, enquanto este não for extinto.
82. Criação e instalação de Grupo de Trabalho para solução da situação das aposentadas pré-79.
83. Criação de campanha informativa junto aos participantes do REB, esclarecendo as vantagens da incorporação imediata ao Novo Plano.
84. Recomposição, pela Caixa, da parcela do superávit utilizada indevidamente no ano 2000 para integralização

das reservas para pagamento das pensões, como forma de viabilizar a migração para o REB.

85. Aporte de recursos pela Caixa referente ao tempo passado dos empregados pré-78 que começaram a contribuir para a previdência antes dos 18 anos.
86. Ressarcimento pela Caixa dos valores relativos à retenção de IR sobre pecúlio, arcados pela Fundação, por ocasião das transações judiciais referentes à migração do REG/Replan para o REB 2.
87. Pagamento de pecúlio para pensionistas cujo participante do REB faleceu sem opção pelo Novo Plano, antes do saldamento, mediante levantamento elaborado pela Funcef.
88. Revisão dos valores saldados, tendo em vista que o saldamento, quando efetivado em 2006, tinha como premissa o crescimento vegetativo da folha da Caixa em 1,5% a.a., ao passo que este crescimento, em média, tem sido superior a 2,4%, devendo a Caixa responsabilizar-se pelo aporte dos valores relativos ao aumento da reserva matemática correspondente a essa diferença.
89. Obrigatoriedade de que os indicados ou eleitos para cargos de direção na Funcef sejam empregados da Caixa ativos ou aposentados, participantes da Fundação, e que não tenham sido julgados e condenados em processo administrativo e/ou judicial referente a improbidade administrativa.
90. Manutenção da campanha permanente de filiação à Funcef em conjunto com a Caixa, Funcef e entidades sindicais, priorizando os empregados mais antigos que ainda não são filiados.
91. Manutenção do Fundo para Revisão de Benefícios, art. 115 do regulamento do REG/Replan saldado, e art. 91 do Novo Plano, como instrumento permanente da política de aumentos reais para os benefícios.
92. Solução para os colegas que sofreram o "efeito gangorra", que tiveram descontos em seus benefícios no mesmo montante dos reajustes concedidos pelo INSS durante o governo FHC.
93. Revisão dos critérios de cálculo do Benefício Saldado para os que se aposentaram entre outubro/2004 a setembro/2005, considerando o reajuste do ano-base 2004/2005 concedido aos empregados da ativa e aposentados do REG/Replan.
94. Ampliação do número de representações regionais.
95. Criação de página específica nos informativos da Fundação com dados sobre os representantes eleitos, como seus nomes, as empresas das quais participam no Conselho de Administração representando a Funcef, e os valores recebidos por essa participação; bem como dos balanços das empresas em que a Fundação é acionista.
96. Criação de espaço maior de divulgação das chapas, quando das eleições dos representantes dos empregados nas instâncias da Funcef, custeado pela Fundação, com delimitação de valores.
97. Aumento da segurança no sistema de votação, com relatórios parciais, trilha de auditoria, acesso dos representantes das chapas ao relatório de votação com rastreamento de hora, local e da origem do voto - ID ou URA - com publicação dos resultados somente após a checagem dos relatórios, e previsão de prazo para recurso após publicação dos resultados.
98. Encaminhamento das etiquetas para envio de correspondências, sem a matrícula, com bastante antecedência para todas as chapas.
99. Aumento do número de mensagens das chapas via Caixa-Mail.
100. Divulgação permanente de informações sobre a dívida da Caixa com a Funcef, sobre a situação das mulheres pré-79, e que a Caixa faça reserva de valores que devem ser aportados.
101. Instituição de assembleias e consultas para os associados decidirem sobre as questões mais importantes de seus planos.
102. Inclusão de notas explicativas no balanço com linguagem acessível aos participantes.
103. Criação pelas entidades representativas em parceria com a Funcef e a Caixa de cursos de educação previdenciária com cartilhas e utilização da Universidade Caixa.
104. Retomada pela Funcef da apresentação dos balanços, obrigatoriamente nas capitais e se possível em outras cidades.
105. Assunção pela Caixa de prejuízo/déficit decorrentes de decisões adotadas por meio do voto de Minerva.
106. Quitação do contencioso da Caixa com a Funcef, relacionadas às ações que tenham origem em descumprimento de direitos trabalhistas, bem como ao aporte de recursos referentes ao serviço passado em condenações trabalhistas.
107. Disponibilização no portal da Funcef dos balanços das empresas nas quais possui participação acionária e de informações sobre os conselheiros indicados por ela nessas empresas incluindo nomes e respectivas remunerações relativas a esse trabalho.

108. Criação de grupo paritário para aperfeiçoamento dos critérios de seleção para ocupação de cargo de conselheiro nas empresas em que a Funcef mantém participação acionária.
109. Respeito à separação do REB 98 com o REB 2000.
110. Transparência em relação aos investimentos, com ampla divulgação dos valores a serem investidos e benefícios agregados, divulgando a metodologia de avaliação de ativos, quando não se dispõem de valor de mercado.
111. Reajuste aos aposentados no mesmo índice dos empregados da ativa.
112. Acompanhamento e fiscalização dos aportes a serem feitos pela patrocinadora Caixa durante o período de equacionamento.

IV- Aposentados

113. Extensão do Saúde Caixa para as pessoas que se aposentaram por meio do PADV.
114. Renegociação das dívidas dos empregados aposentados.
115. Isenção de tarifas e taxas aos aposentados.
116. Recomposição do poder de compra dos benefícios dos aposentados e pensionistas, garantindo prioritariamente a recuperação das perdas, com aporte de recursos feitos integralmente pela Caixa.
117. Pagamento de abonos (período 1994 a 2002) aos aposentados e seus pensionistas, com o custo arcado pela Caixa. 119. Criação de programa de renegociação de dívidas pela Caixa que permita a junção de valores devidos à Caixa e à Funcef, em até 120 meses com a menor taxa de juros praticadas pela Caixa. 120. Criação de GT para análise de processos judiciais propostos por empregados, aposentados e pensionistas, com objetos idênticos e reiteradas decisões jurídicas favoráveis aos autores, de modo a encerrar administrativamente tais demandas negociando cada caso.
119. Paridade das funções para os aposentados (corrigindo as distorções causadas pelos planos de cargos e salários e funções existentes).
120. Solução para os aposentados e pensionistas do PMPP.

IV- Reestruturação

121. Fim da reestruturação em curso, com o retorno das áreas e revogação de todas as retiradas de função
122. Em qualquer caso de reestruturação a Caixa deve debater prévia e objetivamente, com transparência, as mudanças com a Comissão Executiva dos Empregados.
123. Suspensão do processo de extinção das RERETs e consequente migração dos tesoureiros e técnicos bancários lotadas em RERET para a agência, com o asseguramento das funções.
124. Garantia que as funções retiradas em até 1 (um) ano após a migração sejam consideradas como dispensas por reestruturação garantindo as regras de incorporação para quem se enquadrar, mesmo no caso de designação simultânea em função de valor menor.
125. Maior transparência no repasse das informações referentes ao processo de reestruturação e migração evitando a desinformação e garantindo melhor aproveitamento das pessoas envolvidas no processo.
126. Revisão da metodologia de agência deficitária.
Cumprimento do TAC específico à terceirização das atividades fim na Caixa.
Fim dos correspondentes bancários.
Cancelamento dos contratos de prestação de serviços com as empresas envolvidas em violações de direitos humanos, preservando os direitos individuais dos trabalhadores.

V- Infraestrutura das Unidades

127. Criação de áreas específicas de Gestão de Pessoas, com estruturas técnica e administrativa compatíveis com suas atribuições, no mínimo uma por estado, eliminando-se a terceirização de atividades e garantida a qualificação dos empregados, com a criação de representações dessas novas áreas em todas as SRs.
128. Adoção de critérios específicos para funcionamento das agências-barco:
a) Realização de ciclo de viagem somente com a LAP completa;
b) Pagamento de adicional noturno;
c) Pagamento de diárias tipo A;
d) Concessão de uma folga para cada dia embarcado;
e) Obrigatoriedade de a Caixa informar previamente ao sindicato sobre os ciclos da agência barco, contendo data, horários, participantes e destinos;
f) Treinamento quanto às regras de segurança e como proceder em caso de acidente na agência barco, além de só embarcar empregados que saibam nadar;
g) Pagamento de adicional de periculosidade.

129. Fortalecimento das estruturas das GILOG e demais áreas que dão suporte à rede com a criação de no mínimo uma por unidade da federação.
130. Criação de unidades de penhor em todos os municípios da Região Metropolitana.
131. Garantia de substituição de FG remunerada sempre que o titular for destacado.
132. Concessão aos Gerentes auxílio-telefone, nos moldes do que hoje recebe os GG.
133. Lotação de no mínimo um Técnico Social ou um Assistente de Projetos Sociais nas GIHAB e GIGOV, garantindo-se a substituição nos casos de afastamento.
134. Não interrupção do pagamento da substituição em caso de ausência justificada do eventual que está substituindo.
135. Atendimento das unidades em dois turnos, respeitando-se as 6 horas diárias de trabalho de cada bancário.
136. Garantia da substituição para todos os cargos, independente da causa ou período de afastamento, com a revogação da CE DEPES/SUSEC 055/2015 de 10/04/2015.
137. Garantia de participação dos empregados das unidades e seus representantes, nas mudanças de "layout" nas agências e nos estabelecimentos dos quantitativos necessários de empregados por unidade de maneira que sejam compatíveis com as demandas de serviço e que assegurem condições dignas de trabalho.
138. Alteração do RH 178 com a extinção do caixa minuto, avaliador minuto e tesoureiro minuto.
139. Controle e agilidade na manutenção dos equipamentos de trabalho, sem terceirização.
140. Revogação da orientação da CE 042/2015 GESFI/GELOG/GEOPE/GEOCE, sobre obras nas unidades e serviços de vigilância. 137. Garantia de acesso aos contratos com as empresas terceirizadas, acordos coletivos de trabalho, representação do sindicato com o seu endereço e CNPJ às entidades sindicais bancárias. 138. Fortalecimento e ampliação do Fórum Nacional de Condições de Trabalho, bem como dos regionais.
141. Cumprimento integral da resolução 2878 do Bacen, sendo vedada a imposição de metas de uso de canais alternativos, preservando a liberdade de escolha do cliente e a função social da Caixa.
142. Contratação de despachante, veículos e demais serviços de apoio, para agências, visando coibir desvios de função dos empregados da unidade.
143. Criação da função de supervisor de caixas para todas as agências.
138. Adoção de política de retenção de talentos.
139. Ressarcimento de todas as despesas inerentes ao exercício das funções gerenciais.
140. Respeito à classificação na fila do BIM (Banco de Intenções de Movimentações), priorizando a Lateralidade.
141. Inclusão do benefício de pagamento de aluguel para todos os empregados que forem transferidos por PSI ou por interesse da empresa para localidades com distância superior a 50 km de seu domicílio de origem, com duração de 24 meses para adaptação do empregado.
142. Distribuição equânime das funções da área social.
143. Não interrupção do pagamento da substituição em caso de ausência justificada do eventual que esteja substituindo.
144. Aumento do quadro de profissionais do Trabalho Social na matriz (GEHEN e GEPAD) para atendimento adequado às dúvidas e solicitações das GIHABs e GIGOVs.
145. Permissão para realização de visitas técnicas dos Assistente de Projeto Social e Técnico Social fora da jornada, quando for imperativo para o desempenho das atividades técnicas, mediante o pagamento de horas extras, disponibilização de veículo e comunicação ao sindicato.
146. Ampliação da quantidade de bolsas de graduação para a mesma quantidade das de pós-graduação (800 bolsas) e alterar o modelo de concessão do incentivo valorizando e priorizando os candidatos que não possuem nenhum tipo de função.
147. Criação de curso de concessão de crédito PJ/PF/habitacional de forma presencial e continuada.
148. Revisão do conceito de carteira ampla para o Gerente Geral. Em consequência das inúmeras atribuições exigida pela Caixa para os GG, assumir carteira de relacionamento com milhares de clientes é administrativamente contraproducente.
149. Adoção de treinamento de Gestão Administrativa quando da designação de função de Gestor.
150. Contratação de serviço cartorial para as agências que inclua o transporte dos documentos. Nas localidades, onde não seja possível esta contratação, que seja utilizando o serviço de despachante, de forma que os empregados não realizem esse serviço.

VI-Segurança Bancária

151. Criação de estruturas de segurança discutidas com as representações sindicais locais em todos os estados, compatíveis com as demandas locais, envolvendo a CIPA e o SESMT.
152. Abertura e funcionamento de agências somente com o total cumprimento do plano de segurança homologado e atestado pela Polícia Federal.
153. Elevação do valor da indenização por assalto/sinistro para o equivalente a 100 salários-mínimos calculados pelo Dieese.
154. Instalação de divisórias laterais entre os guichês de caixa e penhor, separando os clientes durante o atendimento e biombo para impedir a visualização das operações efetuadas nos caixas pelo público.
155. Instalação de vidros de proteção nos guichês de caixa e penhor.
156. Implantação das portas de segurança com detectores de metal na entrada das agências, antes das salas de autoatendimento, com a proibição da presença de empregados e garantia, em caso de não funcionamento da porta, de que unidade permaneça fechada até a normalização da situação.
157. Retomada da implantação do modelo "Agência Segura", garantindo-se implantação de centrais de monitoramento em tempo real.
158. Não responsabilização civil dos empregados em caso de fraudes ou golpes de terceiros contra a Caixa.
159. Revisão do normativo que regula a entrega e guarda de malotes empresariais com maior segurança para os empregados, não permitindo que sejam entregues às vistas do público e sendo tratados por caixas internos.
152. Proibição do atendimento prévio na parte externa das unidades.
153. Obrigatoriedade de apresentação de relatório às entidades sindicais e representativas dos empregados sobre estatísticas das ocorrências de assaltos, sequestros, furtos e outros delitos ocorridos em agências da Caixa e correspondentes bancários.
154. Isenção de tarifas para TED e DOC nos casos de saque do FGTS, precatórios e alvarás judiciais, como forma de prevenção de ações criminosas denominadas "saidinhas de banco".
155. Averiguação e manutenção periódica do funcionamento dos equipamentos de segurança da unidade e posterior disponibilização do relatório para as entidades representativas dos trabalhadores.
156. Aperfeiçoamento da crítica nos sistemas e aplicativos, impedindo operações em desacordo com os manuais normativos, reduzindo os riscos de fraude.
157. Implantação de rotina na área de logística de prioridade de atendimento a chamados de manutenção e implantação de itens de segurança, com prazo máximo de cinco dias úteis, sob pena de não abertura da unidade até a resolução.
158. Instalação de divisórias entre os ATM'S.
159. Utilização de vidros blindados nas fachadas externas das unidades de atendimento e implantação de CFTV externo com câmeras com alta resolução.
160. Corredor de abastecimento integrado a tesouraria, em todas as agências e PABs.
161. Internalização dos serviços de segurança, com criação de setor específico responsável pela guarda de chaves de cofre e tesouraria e ainda pelo serviço de fechamento e abertura das agências com aperfeiçoamento do sistema de biometria especialmente nos casos de queda de fornecimento de energia, para garantir maior proteção contra assaltos e sequestros de tesoureiros.
162. Adoção do serviço de segurança a todas as unidades da Caixa, inclusive às filiais.
163. Adoção de mecanismos de segurança bancária nas lotéricas (como portas de segurança e vigilantes), entre outros, enquanto não houver a proibição da realização de atividades bancárias.
164. Elaboração de plano específico de segurança para clientes e empregados, com avaliação dos órgãos de segurança, para as agências em zonas reconhecidamente de risco, visando sua maior proteção.
165. Não punição aos empregados em caso de não acionamento do alarme em casos de sinistro.
166. Criação de programa de proteção aos empregados vítimas de violência e crimes motivados pelo exercício de sua atividade bancária com o pagamento integral pela Caixa de médicos, psicólogos e demais especialistas até que o empregado esteja totalmente restabelecido para suas funções, bem como para sua família, quando for o caso.
167. Garantia de que o empregado ocupante da função de tesoureiro (ou equivalente) não atenda ao público, como forma de preservar sua segurança.
168. Implantação de programa permanente de treinamento e consultoria em segurança a todos os empregados, observando-se as necessidades locais com divulgação de cronograma no início de cada ano.

169. Garantia de vigilantes nos horários diferentes do funcionamento das agências quando houver empregados fazendo horas extras ou houver obras.
170. Retorno das reciclagens técnicas com ênfase na detecção de fraudes.
171. Assunção pela Caixa da responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes de problemas de segurança.

VII- Caixa 100% Pública

189. Equidade de tratamento entre o pequeno e grande investidor.
190. Transparência da direção da Caixa sobre o atual cenário da empresa.
191. Rompimento com o modelo de gestão que se espelha na lógica privada, reforçando e priorizando o papel social da Caixa.
193. Revisão da política de patrocínio que privilegia grandes empresas, dentre elas grandes clubes de futebol, exigindo das mesmas contrapartidas sociais.
194. Revisão do programa Minha Casa Minha Vida, visando atender melhor as pessoas com deficiência, e retomar e aperfeiçoar o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, com participação dos movimentos populares de moradia.
195. Composição da diretoria da Caixa exclusivamente com empregados de carreira e Conselho de administração com participação dos empregados e movimentos sociais.

VIII- Contratação

201. Estabelecimento de critérios, na mesa de negociação permanente, para definição de lotação necessária de empregados e quantitativo/tipificação de funções em cada unidade, para contratação imediata, devendo haver reposição imediata sempre que o número efetivo ficar abaixo do estabelecido, por qualquer razão, observado também a cota de pessoas com deficiência, prevista em Lei.
202. Divulgação para as entidades sindicais e associativas dos dados do estágio probatório e definição de critérios básicos para demissões de empregados em estágio.

IX- Jornada de Trabalho/SIPON

205. Fim do banco de horas com extinção de registro de horas negativas no Sipon e do bloqueio do acesso motivado por falta de homologação pelo gestor ou hora extra não acordada. Pagamento de todas as horas extras acrescidas de 100% da hora normal.
206. Adoção e respeito à jornada de 6 horas para todos os empregados, inclusive os de nível gerencial e carreiras profissionais, sem redução salarial.
207. Revogação da CI SUPES 293/06 com o pagamento retroativo de todos os vencimentos não pagos aos atingidos pela medida.
208. Pagamento das horas "in itinere" nos casos de viagem a serviço da Caixa, com os seguintes critérios:
    a) Como hora normal trabalhada no período de 6 às 22 horas em dias úteis;
    b) Como hora extra no período noturno e em finais de semana ou feriados.
209. Realização dos cursos da UCC obrigatoriamente dentro da jornada de trabalho com disponibilização de local e equipamento adequados, e planejamento para garantir a igualdade a todos os empregados.
210. Proibição de trabalho aos sábados, domingos e feriados, tais como feirões e similares, exceto quando se tratar das situações previstas nos artigos 61 e 68 da CLT, ocasiões em que a Caixa fica obrigada ao pagamento das horas trabalhadas, com acréscimo de 150%, mais ticket-alimentação e transporte a todos os trabalhadores envolvidos.
211. Interligação de todos os aplicativos da Caixa com o SIPON por login único, impedindo que os empregados possam logar os sistemas antes ou após a marcação do ponto.
212. Fim da responsabilização do empregado no caso de irregularidades no registro do Sipon.
213. Registro de ponto para todos os empregados da carreira administrativa e profissional, independente da função exercida.
214. Registro pelo gestor do código "Greve" no ponto eletrônico em caso de paralisação por motivos reivindicatórios organizados pelas entidades.
215. Fim da orientação aos tesoureiros para fazer duas horas de intervalo.
216. Fim do IHE.
217. Reconhecimento do sábado como dia de descanso remunerado.
218. Criação de Abono Pré-Natal para ser utilizado nos casos não cobertos pelo art. 392, II da CLT com o acompanhamento do pai.

X- Carreira

219. Criação de Comitê de Acompanhamento dos PSIC e do banco de habilitados e oportunidades e banco de sucessores, com participação dos empregados e um membro da GIPES, com adoção critérios exclusivamente objetivos e transparência, eliminando a possibilidade de nomeação pelo gestor, aumentando a abrangência dos PSIC, impedindo que fique restrito à unidade demandante.
220. Criação de função gratificada para Atendimento Social e para FGTS para quem trabalha no setor social.
221. Criação de níveis de carreira para os componentes do SES-MT e de funções gratificadas de médico coordenador e coordenador nacional dos SESMT com pagamento retroativo até 5 (cinco) anos de gratificação de função para médicos que exercem ou exerceram informalmente tais funções.
222. Valorização da função de avaliadores de penhor com revisão do piso de mercado e criação de níveis júnior, pleno e sênior.
223. Criação de banco de reserva de avaliadores de penhor na medida de 50% das funções existentes.
224. Adoção de cursos de reciclagem e gemologia para os avaliadores de penhor.
225. Concessão de um delta a cada dois anos pelo período em que não houve promoção por merecimento nos PCS 89 e 98.
226. Realização do atendimento expresso obrigatoriamente por empregado com função de caixa.
227. Aperfeiçoamento do modelo do PFG, incluindo progressão horizontal em cada cargo/função, por tempo de exercício. 228. Adoção de critérios objetivos para descomissionamentos elaborado com os empregados previamente, retirando do gestor o poder discricionário, com direito a ampla defesa e recurso da decisão pelo empregado.
229. Reformulação do MN RH 151 em mesa de negociação, com a adoção de incorporação automática de percentual de 20% a cada ano de exercício, incluindo CTVA.
230. Alteração no critério frequência, na avaliação de mérito, não permitindo que os períodos de afastamento por doença comum, bem como o período anterior à contratação de novo empregado durante o primeiro semestre do ano-base prejudiquem sua nota final.
231. Valorização dos cipeiros com pontuação nas ferramentas de avaliação de desempenho da unidade.
232. Isonomia na remuneração entre as funções gerenciais de atendimento de pessoa física e pessoa jurídica e canais, e entre as funções gerenciais das SR.
233. Pagamento de adicional de sobreaviso e suporte a todos os empregados à disposição da empresa para atender as demandas urgentes e inadiáveis fora do horário de trabalho.
234. Concessão de gratificação em caráter permanente e realização de PSI para todos os substitutos eventuais.
235. Redução do tempo da promoção por antiguidade de 24 para 12 meses.
236. Rediscussão das atribuições do supervisor de atendimento e outros cargos que estão acumulando atribuições sem a correspondente valorização.
237. Revisão da Estrutura Salarial Unificada (ESU), corrigindo eventuais distorções e ampliando o teto, com aumento de duas referências.
238. Qualificação do empregado para atuar na área de habitação e treinamento de pessoal para os programas sociais.
239. Criação da carreira de TI negociada com os representantes dos empregados.
240. Alteração da nomenclatura de Assistente de Projetos Sociais e Técnico Social para Analista de Projetos Sociais.
241. Criação das funções de Consultor de Trabalho Social e Coordenador Regional de Trabalho Social e redimensionamento do quadro de assistente de projetos sociais e técnicos sociais.
242. Inclusão do benefício de pagamento de aluguel para todos os empregados que forem transferidos por PSI ou por interesse da empresa para localidades com distância superior a 50 km de seu domicílio de origem, com duração de 24 meses para adaptação do empregado.
243. Redução do período de carência para participação em novo PSI aos empregados aprovados em processos anteriores.
244. Possibilidade no âmbito da TI de aproveitamento de experiência externa gerencial.
245. Criação de cursos de capacitação, acesso às ferramentas tecnológicas e a participação em seminários, encontros e congressos para os empregados da área do Trabalho Social (Social Caixa).
246. Valorização dos instrutores da Caixa.

247. Realização de provas para Banco de Habilitados por empresa independente e em local externo à Caixa com transparência, e garantia de recurso.
248. Distribuição equânime das funções da área social.
249. Não interrupção do pagamento da substituição em caso de ausência justificada do eventual que esteja substituindo.
250. Garantia de pelo menos um delta por merecimento para cada empregado a cada ano.
251. Abertura de negociação sobre o PFG.
252. Readequação dos empregados com funções com níveis JUNIOR, PLENO E SENIOR, conforme RH 183, com base nos seguintes critérios:
    a) Em unidades onde houver apenas um assistente/analista seu enquadrado seja pelo menos no nível PLENO;
    b) Assistente/analista com mais de dois anos de função sem pós-graduação deverá ser enquadrado pelo menos no nível PLENO; c) Assistente/analista com mais de dois anos de função com pós-graduação deverá ser enquadrado no nível SENIOR.

253. Reenquadramento dos Assistentes de Projetos Sociais e Técnicos Sociais no PFG no terceiro nível acima do atual, como forma de valorização.
254. Definição em normativo das atribuições dos APS e TS de forma clara e condizente com a realidade.
255. Consideração na análise funcional em PSI os períodos de substituição na função da vaga a preencher também nas unidades de Área Meio.
256. Criação de PCS específico para a carreira médica com piso salarial e jornada da categoria médica.
257. Adoção de pontuação para os assistentes e técnicos com mesmo peso dos engenheiros e arquitetos nos PSI, Banco de Sucessores e Banco de Oportunidades.
258. Adoção de treinamento de Gestão Administrativa quando da designação de função de Gestor.

XI-Isonomia

260. Extensão da licença-prêmio e ATS para todos os empregados admitidos a partir de 1998.
261. Normatização dos pontos de isonomia já conquistados no ACT.
262. Eliminação de toda e qualquer discriminação em razão de idade, deficiência, orientação sexual, gênero, etnia, ou qualquer outra condição, incluindo empregados aposentados pelo INSS, que permanecem na ativa em relação a restrições ao Saúde Caixa no desligamento da empresa, empregados que permanecem no REG/Replan não saldado relativamente à vedação a opção pela tabela ESU e PFG e os que possuem ações trabalhistas contra a Caixa.
263. Direito à ampla defesa do empregado Caixa, conforme prevê a Constituição Federal, e que os comitês disciplinares sejam compostos por cinco membros pertencentes a Rede, ao Atendimento de Programas Sociais, Gestão de Pessoas, Retaguarda e Recuperação de Credito.
264. Inclusão no programa Diversidade Caixa de campanhas para conscientização dos empregados acerca dos estereótipos e mecanismos que contribuem para a discriminação.
265. Manutenção das gratificações dos empregados envolvidos em processos de apuração sumária, até que os mesmos sejam concluídos. 266. Manutenção da função para todos os integrantes de CIPA, delegados sindicais pelo mesmo tempo de estabilidade e da inamovibilidade e liberação de todos os empregados eleitos para mandato sindical, inclusive suplentes, com a manutenção da função efetiva e ao suplente de delegado sindical observadas a estabilidade e a inamovibilidade desde o momento da inscrição até um ano após o término do mandato.
267. Extensão do auxílio-alimentação e cesta-alimentação a todos os aposentados e pensionistas, inclusive aos desligados em PADV, incluindo as decisões transitadas em julgado em que os aposentados e pensionistas tenham perdido a ação.
268. Isonomia no pagamento de diárias para os empregados destacados com equiparação pelo maior valor pago a todos.
269. Isenção de todas as tarifas bancárias para empregados e aposentados.
270. Extensão dos direitos do ACT a todos trabalhadores terceirizados.
271. Extensão do auxílio telefone a todos os empregados que utilizam telefone móvel para exercício das atividades, nos moldes do auxílio concedido aos GGs.

Moções



Não ao Trabalho aos sábados

Os delegados e as delegadas, presentes no 33º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), realizado nos dias 1º e 2 de julho de 2017, na cidade de São Paulo, repudiam o Projeto de Lei do Senado (PLS) 203/2017, de autoria do senador Roberto Muniz (PP/BA) que prevê a revogação da Lei 41788/66, que proíbe a abertura dos bancos aos sábados.

Os delegados e delegadas reafirmam posição contrária dos empregados da Caixa que totalmente contrária a abertura de agências aos sábados, e que consideram o PLS um ataque contra o direito da categoria bancária, conquistado com muita luta e mobilização da categoria.

Os delegados e delegadas do 33º Conecef aprovaram resolução em que defendem a não abertura das agências bancárias aos sábados e a intensificação da luta contra aprovação do PLS 203/2017.

Em defesa dos Bancos Públicos e do Estado Brasileiro

Os delegados e as delegadas, presentes no 33º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), realizado nos dias 1º e 2 de julho de 2017, na cidade de São Paulo, defendem o fortalecimento da Caixa 100% pública para a retomada do crescimento do país, a geração de emprego e da renda.

O banco deve retomar o papel de financiador das políticas públicas do Estado, pois, hoje está sob a chantagem dos banqueiros e das instituições privadas, que tentam impor contra-reformas que extinguem os direitos da classe trabalhadora e a democracia.

Os delegados e as delegadas repudiam o desmonte do estado e as propostas de contra-reformas do governo ilegítimo de Michel Temer, que acabam com o direito à aposentadoria e os direitos trabalhistas.

Os delegados e delegadas repudiam ainda o desmonte dos bancos públicos: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste, Basa, e outras instituições financeiras públicas, regionais e estaduais, que são principais financiadores do desenvolvimento do país.

Diretas Já
Nenhum Direito a Menos
Defesa da Caixa e do Estado Brasileiro

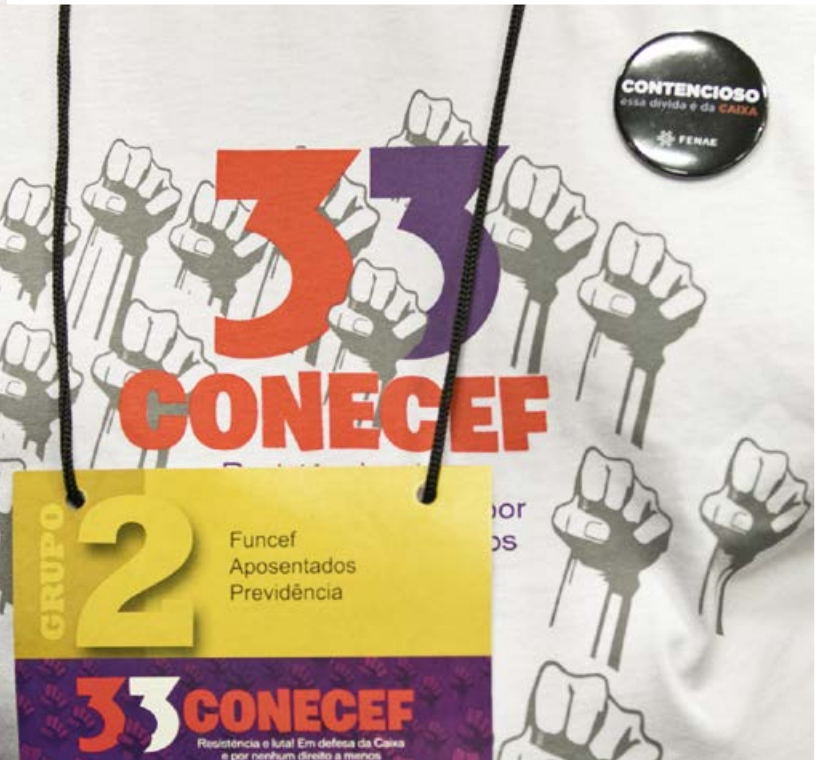





33
CONECEF
Resistência e luta! Em defesa da Caixa e por nenhum direito a menos




BANCOS PÚBLICOS DO BRASIL


CONTENCIOSO
essa dívida é da CAIXA
FENAE
33
CONECEF
GRUPO 2
Funcef
Aposentados
Previdência
33 CONECEF
Resistência e luta! Em defesa da Caixa


FENAE
NATO
33 CONECEF




FORA TEMER
Só eleição direta unifica o Br
VOCÊ SABIA?
Nova classe média não existe


33 CONECEF
FENAE
Resistência e luta! Em defesa da Caixa
e por nenhum direito a menos
se é público,


33 CONECEF
BANCOS PÚBLICOS DO BRASIL


se é público, é para todos
Defender a Caixa é defender o Brasil.


33 CONECEF

O 33º **CONECEF** aprovou

Reunidos no maior fórum deliberativo do pessoal da Caixa, os trabalhadores decidiram apoiar a iniciativa e reivindicar solução para este que é o maior fator de deficit da Funcef.

Campanha em defesa dos participantes da Funcef

CONTENCIOSO

essa dívida é da CAIXA

Cobre, divulgue!
Precisamos de você nesta luta!!

CONTRAF CUT FENAE APCEF

www.fenae.org.br www.facebook.com/FenaeFederacao WhatsApp: 61 98142-8428